COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.
CNPJ Nº 04.370.282/0001-70
NIRE 41300019240
REGISTRO CVM Nº 2474-0
SUBSIDIÁRIA INTEGRAL DA
COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL

ATA DA 120ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

No dia 03 de abril de dois mil e vinte e três, às 14 horas, na sede da Companhia, na Rua José Izidoro Biazetto, 158, Curitiba - PR, compareceu a única acionista da empresa, Companhia Paranaense de Energia - Copel, que se fez presente por seu Diretor Presidente, Sr. Daniel Pimentel Slaviero, e por seu Diretor de Finanças e de Relações com Investidores, Adriano Rudek de Moura, nos termos de seu Estatuto Social, representando a totalidade do capital social, conforme registro e assinatura no Livro de Presença de Acionistas de nº 02, na pág.12, verificando-se o quórum legal para a instalação e deliberação. Instalada a Assembleia pelo Sr. Daniel Pimentel Slaviero, Presidente da Assembleia, este passou a conduzir os trabalhos, registrou a presença do Sr. Moacir Carlos Bertol, Diretor Geral da Copel Geração e Transmissão S.A. e convidou a mim, Amilton Paulo de Oliveira, para secretariar a sessão. O Sr. Presidente informou que o Edital de Convocação foi dispensado, nos termos do Estatuto Social e do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76. Relativamente ao **item 1** da pauta - **Proposta de Reforma do Estatuto Social da Copel Geração e Transmissão S.A.**, o Sr. Presidente informou que, por meio do MEM PRE nº 001/2023 de 06.01.2023, registrado no e-Protocolo sob o nº 19.904.540-7, a Assessoria da Diretoria Geral da Copel GeT, apresentou a proposta de reforma do Estatuto Social da Copel Geração e Transmissão S.A. - Copel GeT, em que propõe as seguintes alterações: **i)** a criação da Diretoria de Comercialização de Energia no âmbito da Copel GeT; **ii)** exclusão da cláusula do Estatuto da Copel GeT quanto à comercialização de energia no mercado livre prioritariamente pela Copel Comercialização S.A.; **iii)** inclusão de parágrafo específico em atendimento ao disposto no Contrato de Concessão 045/1999 (Cláusula 12ª); e **iv)** ajuste na periodicidade de reuniões ordinárias do Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Informou que não existe a necessidade de obtenção de anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, de acordo com o parecer regulatório, e, ainda, registrou que a Diretoria de Finanças e de Relações com Investidores - DFI obteve autorização para dar prosseguimento ao processo de reforma do referido Estatuto Social da Copel GeT, através da comunicação de anuência favorável do BNDES (Carta AEC/DEENE1 nº 007/2023, de 27.03.2023). Após analisar o assunto, **a única acionista da Copel GeT aprovou a Proposta de Reforma do Estatuto Social da Companhia, que, com sua subsequente consolidação, passa a vigorar com a seguinte redação:** *CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO, SEDE E OBJETO SOCIAL Art. 1º A Copel Geração e Transmissão S.A., abreviadamente denominada “Copel GeT”, é uma sociedade por ações, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel, dotada de personalidade jurídica de direito privado, parte integrante da administração indireta do Estado do Paraná, instituída pela Lei Estadual nº 12.355/1998, sob autorização das Resoluções Aneel nº 558/2000 e 258/2001, é regida por este Estatuto, pelas Leis Federais nº 6.404/1976 e 13.303/2016 e demais disposições legais aplicáveis. Art. 2º O prazo de duração da Copel GeT é indeterminado. Art. 3º A Copel GeT tem sede e foro no município de Curitiba, Estado do Paraná, Brasil, à Rua José Izidoro Biazetto, 158, bloco A, bairro Orleans. Art. 4º Constitui o objeto social da Copel GeT: I gerar, transmitir e comercializar energia e prestar serviços correlatos; II estudar,*

COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.
CNPJ Nº 04.370.282/0001-70
NIRE 41300019240
REGISTRO CVM Nº 2474-0
SUBSIDIÁRIA INTEGRAL DA
COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL

planejar, projetar, implantar, operar e manter sistemas de geração e de transmissão de energia, provendo soluções para o desenvolvimento com sustentabilidade; III prestar serviço de consultoria e engenharia dentro de sua área de atuação, bem como prestar serviços administrativos, de comunicação e tecnologia da informação, locação de equipamentos associados, a suas sociedades controladas e coligadas e sociedades de controlador comum; e IV participar de associações e organizações de caráter técnico, científico e empresarial. § 1º Para atingir os objetivos sociais acima enumerados, bem como obter resultados técnicos, mercadológicos e de rentabilidade, a Copel GeT firmará contrato de gestão com a Companhia Paranaense de Energia - Copel. § 2º A Copel GeT poderá, para a consecução do seu objeto social, constituir subsidiárias, assumir o controle acionário de empresa e participar do capital social de outras empresas, relacionadas ao seu objeto social, conforme legislação aplicável. § 3º Para a consecução do objeto social e observada a sua área de atuação, a Copel GeT poderá abrir, instalar, manter, transferir ou extinguir filiais, dependências, escritórios, representações ou quaisquer outros estabelecimentos ou, ainda, designar representantes, respeitadas as disposições legais e regulamentares.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES Art. 5º O capital social subscrito e integralizado é de R\$6.242.757.424,15 (seis bilhões, duzentos e quarenta e dois milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e quinze centavos), representados por 6.242.757.424 (seis bilhões, duzentos e quarenta e dois milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, quatrocentas e vinte e quatro) ações ordinárias sem valor nominal. §1º As ações são nominativas. §2º A Copel GeT não transferirá, cederá ou, de qualquer forma, alienará, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, as ações que fazem parte do bloco de controle acionário sem a prévia anuência da ANEEL.

CAPÍTULO III - ASSEMBLEIA GERAL (AG) Art. 6º A Assembleia Geral é o órgão máximo da Copel GeT, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto social e será regida pela legislação vigente. Art. 7º A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ou, nas hipóteses admitidas em lei, pela Diretoria, pelo Conselho Fiscal ou pelos acionistas. Art. 8º A convocação será feita com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data da realização da Assembleia Geral e, à falta de quórum de instalação, far-se-á segunda convocação, com antecedência mínima de 08 (oito) dias, nos termos da legislação vigente, sendo disponibilizados os documentos relativos à respectiva pauta na mesma data da convocação, de modo acessível, inclusive de forma eletrônica. **Parágrafo único.** A convocação é dispensada, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei Federal nº 6.404/1976. Art. 9º A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo substituto que esse vier a designar dentre os demais membros do Conselho de Administração. § 1º O quórum de instalação de Assembleias Gerais, bem como o das deliberações, será aquele determinado na legislação vigente. § 2º O Presidente da Assembleia escolherá, dentre os presentes, 01 (um) secretário. Art. 10 A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente dentro dos 04 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social, para deliberar sobre as matérias previstas em lei, e extraordinariamente, quando necessário. **Parágrafo Único.** A Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária poderão ser, cumulativamente, convocadas e realizadas no mesmo local, data

COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.
CNPJ Nº 04.370.282/0001-70
NIRE 41300019240
REGISTRO CVM Nº 2474-0
SUBSIDIÁRIA INTEGRAL DA
COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL

e hora, instrumentadas em ata única. Art. 11 A ata da Assembleia Geral será lavrada conforme a legislação aplicável. Art. 12 A Assembleia Geral, além de outros casos previstos em lei, reunir-se-á para deliberar sobre: I modificação do capital social; II avaliação de bens com que o acionista concorre para a formação do capital social; III transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação da empresa; IV alteração do estatuto social; V eleição e destituição, a qualquer tempo, dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes; VI fixação da remuneração dos Administradores, dos conselheiros fiscais e dos membros dos comitês estatutários; VII aprovação das demonstrações financeiras, da destinação do resultado do exercício e da distribuição de dividendos, em conformidade com a política de dividendos; VIII autorização para a Copel GeT mover ação de responsabilidade civil contra os Administradores pelos prejuízos causados ao seu patrimônio; IX alienação de bens imóveis diretamente vinculados à prestação de serviços e à constituição de ônus reais sobre eles; X permuta de ações ou outros valores mobiliários; XI projetos de investimento e participação em novos negócios e outras sociedades, consórcios, joint ventures e outras formas de associação e empreendimentos, bem como pela aprovação de constituição, encerramento ou alteração de quaisquer sociedades, consórcios ou empreendimentos que ultrapassem o valor equivalente a 2% (dois por cento) do patrimônio líquido da Companhia Paranaense de Energia - Copel; XII os critérios para a alienação e/ou cessão em comodato de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias, quando o valor da operação ultrapassar o limite equivalente a 2% (dois por cento) do patrimônio líquido da Companhia Paranaense de Energia – Copel; XIII emissão de debêntures conversíveis em ações; XIV emissão de quaisquer outros títulos e valores mobiliários conversíveis em ações, no País ou no exterior; e XV eleição e destituição, a qualquer tempo, de liquidantes, julgando-lhes as contas. **CAPÍTULO IV – ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA** Art. 13 A Copel GeT será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria. **SEÇÃO I - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (CAD)** Art. 14 O Conselho de Administração é órgão de deliberação estratégica e colegiada responsável pela orientação superior da Copel GeT. **Composição, investidura e mandato** Art. 15 O Conselho de Administração será composto por 04 (quatro) membros, eleitos e destituídos pela Assembleia Geral, nos termos da legislação aplicável, em especial a Lei Federal nº 6.404/1976, observados os seguintes parâmetros para sua composição: I 02 (dois) Diretores da Companhia Paranaense de Energia – Copel, sendo 01 (um) o Diretor Presidente; II 01 (um) membro do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia Paranaense de Energia – Copel; e III o Diretor Geral da Copel GeT. § 1º Os membros do Conselho de Administração terão mandato unificado de 02 (dois) anos, permitidas, no máximo, 03 (três) reconduções consecutivas. § 2º O Diretor Geral da Copel GeT integrará o Conselho de Administração como seu Secretário Executivo, mediante eleição em Assembleia Geral. § 3º Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Geral não poderão ser acumulados pela mesma pessoa. § 4º O Presidente do Conselho de Administração será indicado pelo acionista controlador e designado pela Assembleia Geral que o eleger, sendo substituído, em suas ausências e impedimentos, pelo Conselheiro escolhido por seus pares. § 5º As indicações ao Conselho de Administração

COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.
CNPJ Nº 04.370.282/0001-70
NIRE 41300019240
REGISTRO CVM Nº 2474-0
SUBSIDIÁRIA INTEGRAL DA
COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL

devem observar os requisitos e vedações impostos pelas Leis Federais nº 6.404/1976, 13.303/2016 e pela política e norma interna de indicação de membros de órgãos estatutários. Art. 16 A investidura de membros do Conselho de Administração observará as condições estabelecidas nas Leis Federais nº 6.404/1976 e 13.303/2016 e demais disposições legais aplicáveis. Vacância e substituições Art. 17 Ocorrendo a vacância definitiva da função de conselheiro de administração, antes do término do mandato, o Conselho de Administração convocará Assembleia Geral para eleição destinada à complementação do mandato. § 1º Observados os requisitos e vedações legais aplicáveis, caberá aos conselheiros nomear o substituto, que servirá até a realização da Assembleia Geral que elegerá o conselheiro em definitivo. § 2º Na hipótese de vacância de todos os cargos do Conselho de Administração, compete à Diretoria convocar a Assembleia Geral. Art. 18 A função de conselheiro de administração é pessoal e não se admite suplente. Funcionamento Art. 19 O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente a cada 03 (três) meses e extraordinariamente sempre que necessário, conforme previsto no Art. 22 do presente Estatuto. Art. 20 As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo seu Presidente, ou pela maioria dos conselheiros em exercício, mediante o envio de correspondência por meio físico ou eletrônico a todos os conselheiros, com a indicação dos assuntos a serem tratados. § 1º As convocações enviadas no endereço físico ou eletrônico do conselheiro serão consideradas válidas, sendo de sua responsabilidade a atualização de seu cadastro junto à Copel GeT. § 2º As reuniões ordinárias deverão ser convocadas com antecedência mínima de 07 (sete) dias em relação à data da sua realização. § 3º As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria dos seus membros em exercício, cabendo a presidência dos trabalhos ao Presidente do Conselho de Administração ou, na sua falta, pelo conselheiro escolhido pela maioria dos seus pares. Art. 21 Fica facultada, se necessária, a participação não presencial dos conselheiros na reunião, por audioconferência ou videoconferência, que possa assegurar a participação efetiva e a autenticidade do seu voto. O conselheiro nesta hipótese, será considerado presente à reunião, e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais e incorporado à ata da referida reunião. Art. 22 Quando houver motivo de urgência, formalmente justificado para os membros do Conselho de Administração, o Presidente do Conselho de Administração poderá convocar as reuniões extraordinárias a qualquer momento e desde que com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas para a sua realização, mediante o envio de correspondência por meio físico ou eletrônico ou por outro meio de comunicação a todos os conselheiros, ficando facultada a participação por audioconferência, videoconferência ou outro meio idôneo de manifestação de vontade do conselheiro ausente, cujo voto será considerado válido para todos os efeitos, sem prejuízo da posterior lavratura e assinatura da respectiva ata. Art. 23 O Conselho de Administração deliberará por maioria simples de votos dos presentes na reunião, prevalecendo, em caso de empate, a proposta que contar com o voto do conselheiro que estiver presidindo os trabalhos. Art. 24 As reuniões do Conselho de Administração serão secretariadas por quem o seu presidente indicar e todas as deliberações constarão de ata lavrada e registrada em livro próprio de acordo com o estabelecido em seu regimento interno. Parágrafo Único. Sempre que contiver deliberações destinadas a produzir efeitos perante

COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.
CNPJ Nº 04.370.282/0001-70
NIRE 41300019240
REGISTRO CVM Nº 2474-0
SUBSIDIÁRIA INTEGRAL DA
COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL

terceiros, o extrato da ata será arquivado no registro do comércio e publicado na forma da legislação vigente, ressalvada a matéria de cunho sigiloso, a qual constará de documento em separado e não será dada publicidade. Atribuições Art. 25 Além das atribuições previstas em lei, compete ainda ao Conselho de Administração: I assegurar ações da Copel GeT para garantir os resultados ajustados por meio de contrato de gestão com a Companhia Paranaense de Energia - Copel; II fixar a orientação geral dos negócios, com base no plano de negócio, no planejamento estratégico e de plano de investimentos, aprovados pela Copel GeT, definindo objetivos e prioridades compatíveis com a área de atuação da Companhia e seu objeto social, e em alinhamento às políticas públicas e diretrizes da acionista controladora, buscando o desenvolvimento com sustentabilidade; III eleger, destituir, tomar conhecimento de renúncia e substituir os diretores da Copel GeT, fixando-lhes as atribuições, fiscalizando sua gestão, bem como: a. examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Copel GeT, contratos ou quaisquer outros atos; b. aprovar e fiscalizar o cumprimento das metas e resultados específicos a serem alcançados pelos membros da Diretoria; e c. promover, anualmente, análise de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, devendo publicar suas conclusões e informá-las à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas do Estado, exceto as informações de natureza estratégica cuja divulgação possa ser comprovadamente prejudicial ao interesse da Copel GeT; IV manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; V convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente ou nas hipóteses previstas nos termos da legislação vigente; VI aprovar o orçamento empresarial consolidado da Copel GeT, o qual também será submetido à deliberação da Companhia Paranaense de Energia – Copel, por integrar o orçamento corporativo consolidado, bem como, acompanhar planos e programas anuais e plurianuais com o orçamento empresarial de dispêndios e investimento da Copel GeT, com indicação das fontes e aplicações de recursos; VII monitorar, periodicamente, a eficácia dos sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a Copel GeT, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude, nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016; VIII deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio ou distribuição de dividendos por conta do resultado de exercício em curso, de exercício findo ou de reserva de lucros, sem prejuízo da posterior ratificação da Assembleia Geral; IX analisar, a partir de reporte direto do Diretor de Governança, Risco e Compliance da Companhia Paranaense de Energia - Copel, as situações em que se suspeite do envolvimento do Diretor Geral em irregularidades ou quando este se furtar à obrigação de adotar medidas necessárias em relação à situação a ele relatada; X realizar avaliação anual, individual e coletiva, do seu desempenho e da Diretoria, observando os dispositivos da Lei Federal nº 13.303/2016; XI aprovar as transações entre partes relacionadas da Copel GeT, observada a Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesses, aprovada pela Companhia Paranaense de Energia - Copel, com o assessoramento do Comitê de Auditoria Estatutário; XII mediante proposta da Diretoria, autorizar, quando o valor da operação ultrapassar a 2% (dois por cento) do patrimônio líquido, as provisões contábeis e, previamente, a celebração

COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.
CNPJ Nº 04.370.282/0001-70
NIRE 41300019240
REGISTRO CVM Nº 2474-0
SUBSIDIÁRIA INTEGRAL DA
COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL

de quaisquer negócios jurídicos, incluindo aquisição, alienação ou oneração de ativos, cessão em comodato de bens do ativo permanente, constituição de ônus reais e prestação de garantias, a assunção de obrigações em geral, renúncia, transação e ainda associação com outras pessoas jurídicas; XIII constituir, instalar e dissolver comitês não remunerados e comissões para assessoramento ao Conselho de Administração e da Copel GeT, nomear e destituir seus membros, exceto se disposto em contrário neste Estatuto; XIV fixar o limite máximo de endividamento da Copel GeT, podendo estipular prazo para seu atendimento observados os covenants existentes nos contratos já firmados; XV manifestar-se previamente sobre qualquer proposta da Diretoria ou assunto a ser submetido à Assembleia Geral; XVI estabelecer os assuntos e valores para sua alçada decisória e da Diretoria, inclusive podendo delegar a aprovação dos negócios jurídicos de sua competência em limite de alçada que definir, respeitada a competência privativa prevista em lei e os termos deste Estatuto; XVII deliberar sobre a proposta de destinação dos resultados a ser apresentada à Assembleia Geral, observado o disposto na política de dividendos; XVIII deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários, de dividendos intercalares e de juros sobre capital próprio com base nas reservas de lucros e do lucro líquido do exercício em curso registrados em demonstrações contábeis intermediárias, semestrais ou trimestrais, desde que observado o disposto na legislação, neste estatuto e na política de dividendos da Companhia Paranaense de Energia – Copel, devendo a decisão ser suportada pelos necessários estudos, auditados por auditores independentes, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade de sua implementação, com informações suficientes que suportem tal pretensão, nos termos da regulamentação setorial vigente; XIX autorizar o lançamento e aprovar a subscrição de novas ações, na forma estabelecida neste Estatuto, fixando todas as condições de emissão; XX deliberar, por proposta da Diretoria, quando o valor da operação ultrapassar a 2% (dois por cento) do patrimônio líquido da Copel GeT e até o limite equivalente a 2% (dois por cento) do patrimônio líquido da Companhia Paranaense de Energia - Copel, sobre os projetos de investimento e participação em novos negócios outras sociedades, consórcios, joint ventures e outras formas de associação e empreendimentos, bem como os atos necessários para sua viabilização, incluindo ajustes orçamentários, bem como pela aprovação de constituição, encerramento ou alteração de quaisquer sociedades, consórcios ou empreendimentos; XXI estabelecer critérios para a alienação e/ou cessão em comodato de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias, quando o valor da operação ultrapassar a 2% (dois por cento) do patrimônio líquido da Copel GeT e até o limite equivalente a 2% (dois por cento) do patrimônio líquido da Companhia Paranaense de Energia - Copel; XXII deliberar sobre assuntos que, em virtude de disposição legal ou por determinação da Assembleia Geral, passem a ser de sua competência; XXIII definir as diretrizes relacionadas às atividades da Copel GeT, podendo avocar para si qualquer assunto que não se compreenda na competência privativa da Assembleia Geral ou da Diretoria e deliberar sobre os casos omissos deste Estatuto; XXIV conceder licença ao Diretor Geral da Copel GeT e ao Presidente do Conselho de Administração; XXV autorizar a emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para captação de recursos, na forma de debêntures não conversíveis em ações, notas

COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.
CNPJ Nº 04.370.282/0001-70
NIRE 41300019240
REGISTRO CVM Nº 2474-0
SUBSIDIÁRIA INTEGRAL DA
COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL

promissórias, commercial papers, bonds e outros, inclusive para oferta pública de distribuição, na forma da lei, e poderes estabelecidos por este Estatuto; XXVI aprovar o Relatório Socioambiental da Copel GeT; XXVII solicitar, quando necessário, com o apoio do Comitê de Auditoria Estatutário, a avaliação para inclusão de trabalhos específicos da Copel GeT relacionados a riscos médios ou altos no plano anual dos trabalhos de auditoria interna. XXVIII discutir, com apoio do Comitê de Auditoria Estatutário, o plano de trabalho do auditor independente para a emissão das Demonstrações Financeiras individuais. §1º As hipóteses elencadas nos incisos XX e XXI deverão ser submetidas para manifestação do Comitê de Investimentos e Inovação da Companhia Paranaense de Energia – Copel, considerando o dever de diligência, conforme estabelecido no Art. 153 da Lei Federal 6.404/1976, respeitados seus trâmites societários. §2º A aprovação e o acompanhamento do plano anual dos trabalhos de auditoria interna consolidado para a Companhia Paranaense de Energia – Copel e suas Subsidiárias Integrais é realizado de forma centralizada pelo Comitê de Auditoria Estatutário. §3º A responsabilidade pela contratação e rescisão do contrato de auditoria independente, bem como a contratação de outros serviços de seus auditores independentes é centralizada pelo Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia Paranaense de Energia – Copel. Art. 26 Compete ao Presidente do Conselho de Administração conceder licença a seus membros, presidir as reuniões, dirigir os trabalhos, bem como coordenar o processo de avaliação de desempenho, dos administradores, nos termos do presente Estatuto. SEÇÃO II - DIRETORIA Art. 27 A Diretoria é o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular da Copel GeT, em conformidade com a orientação geral traçada pelo Conselho de Administração. Composição, mandato e investidura Art. 28 A Diretoria será composta por, no mínimo, 03 (três) membros e, no máximo, 06 (seis) membros, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato unificado de 02 (dois) anos, permitidas, no máximo, 03 (três) reconduções consecutivas, sendo: 01 (um) Diretor Geral; 01 (um) Diretor de Finanças e de Relações com Investidores, 01 (um) Diretor Jurídico e de Relações Institucionais, 01 (um) Diretor de Operação e Manutenção de Geração e Transmissão, 01 (um) Diretor Administrativo e de Participações e 01 (um) Diretor de Comercialização de Energia. § 1º As indicações para Diretoria devem observar os requisitos e vedações impostos pelas Leis Federais nº 6.404/1976 e nº 13.303/2016 e pela política e norma interna de indicação de membros de órgãos estatutários. § 2º Os cargos de Diretor de Finanças e de Relações com Investidores e de Diretor Jurídico e de Relações Institucionais serão ocupados exclusiva e respectivamente pelo Diretor de Finanças e de Relações com Investidores e pelo Diretor Jurídico e Regulatório da Companhia Paranaense de Energia - Copel, sem receber qualquer remuneração adicional. § 3º O Diretor de Operação e Manutenção e o Diretor Administrativo e de Participações exercerão respectivamente os cargos de Diretor Executivo e Diretor Administrativo-Financeiro nas subsidiárias integrais (diretas e indiretas) em operação da Companhia de maneira concomitante e não remunerada. § 4º O cargo de Diretor de Comercialização de Energia será ocupado exclusivamente pelo Diretor Geral da Copel Comercialização S.A., Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia – Copel, sem receber qualquer remuneração adicional. Art. 29 É condição para investidura em cargo

COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.
CNPJ Nº 04.370.282/0001-70
NIRE 41300019240
REGISTRO CVM Nº 2474-0
SUBSIDIÁRIA INTEGRAL DA
COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL

de diretoria da Copel GeT a assunção de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados, que deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração, a quem incumbe fiscalizar seu cumprimento. Atribuições Art. 30 A Diretoria tem poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular da Copel GeT e à consecução do objeto social, observadas as disposições legais, estatutárias e constantes do seu Regimento Interno. Parágrafo Único. Compete à Diretoria administrar e gerir os negócios da Copel GeT de forma sustentável, cabendo-lhe apresentar, até a última reunião ordinária do Conselho de Administração do ano anterior: I plano de negócios para o exercício anual seguinte; II as bases e estratégias de longo prazo para a elaboração do planejamento estratégico, os planos e programas anuais e plurianuais, contemplando a análise de riscos e oportunidades para um horizonte mínimo de 05 (cinco) anos; e III os orçamentos de custeio e de investimentos da Copel GeT para o exercício anual seguinte. Art. 31 Compete ao Diretor Geral: I dirigir e coordenar a Copel GeT; II gerir os negócios da Copel GeT de forma sustentável, considerando os fatores econômicos, sociais, ambientais e mudança do clima, bem como os riscos e oportunidades relacionados, em todas as atividades sob sua responsabilidade; III propor ao Conselho de Administração as atribuições dos diretores; IV representar institucionalmente a Copel GeT, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele; V dirigir e coordenar os assuntos relacionados ao planejamento e desempenho empresarial; VI zelar para o atingimento das metas da Copel GeT, estabelecidas de acordo com as orientações gerais da Assembleia Geral e do Conselho de Administração; VII apresentar à Assembleia Geral Ordinária o relatório anual dos negócios da Copel GeT, ouvido o Conselho Fiscal; VIII dirigir e coordenar os trabalhos da Diretoria; IX convocar e presidir as reuniões da Diretoria; X conceder licença aos demais membros da Diretoria e indicar o substituto nos casos de ausência ou impedimento temporário; XI resolver questões de conflito de interesse ou conflito de competência entre Diretorias; XII exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração, observada a legislação vigente e nos termos deste estatuto; e Art. 32 Compete ao Diretor de Operação e Manutenção de Geração e Transmissão: I dirigir as atividades de operação e manutenção das usinas hidráulicas, usinas eólicas e usinas termoelétricas, sob responsabilidade da Copel Geração e Transmissão S.A.; II dirigir as atividades de operação e manutenção de linhas de transmissão e subestações dos ativos de transmissão sob responsabilidade da Copel Geração e Transmissão S.A.; III gerir as atividades de pré e pós operação em tempo real e gestão dos ativos de geração e transmissão sob responsabilidade da Copel Geração e Transmissão S.A.; IV dirigir os estudos e os projetos de engenharia de empreendimentos de geração e transmissão; e V dirigir a implantação do portfólio de projetos de expansão de geração e transmissão. Art. 33 Compete ao Diretor Administrativo e de Participações: I dirigir as atividades de suporte administrativo-financeiro, de recursos humanos e segurança do trabalho no âmbito da Copel Geração e Transmissão S.A. II coordenar as atividades de gestão societária e de controladoria (financeira e de negócios) das sociedades nas quais a Copel Geração e Transmissão, ou sua controladora, detêm participação, direta ou indiretamente, suas controladas ou coligadas e sociedades de propósito específico. III monitorar a aderência de diretrizes, políticas e práticas corporativas das sociedades nas quais a Companhia

COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.
CNPJ Nº 04.370.282/0001-70
NIRE 41300019240
REGISTRO CVM Nº 2474-0
SUBSIDIÁRIA INTEGRAL DA
COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL

Paranaense de Energia - Copel e suas subsidiárias integrais detêm participação, direta ou indiretamente, com as políticas e práticas da Copel, considerando a relevância, materialidade e os riscos do negócio do qual são partícipes; IV dirigir as atividades relativas ao licenciamento ambiental e a gestão imobiliária dos ativos de geração e transmissão. Art. 34 Compete ao Diretor de Comercialização de Energia: I dirigir a comercialização de energia elétrica no âmbito da Copel GeT, observados os limites de risco aprovados pela Diretoria Reunida e as políticas corporativas ou demais documentos normativos aplicáveis; e II dirigir, no âmbito da comercialização de energia, a gestão dos riscos nos mercados, do planejamento energético e da contabilização. Art. 35 São atribuições dos demais diretores: III gerir as atividades objeto da sua área de atuação, estabelecidas no Regimento Interno da Diretoria; IV participar das reuniões de Diretoria, contribuindo para a aplicação das políticas a serem seguidas pela Copel GeT e relatar sobre os assuntos relevantes da sua respectiva área de atuação; e V cumprir e fazer cumprir a orientação geral dos negócios da Copel GeT, estabelecida pelo Conselho de Administração no que se refere à gestão de sua área específica de atuação. § 1º As demais atribuições individuais dos diretores serão detalhadas no Regimento Interno da Diretoria. § 2º Além das atribuições estabelecidas neste Estatuto, compete aos diretores assistir e auxiliar o Diretor Geral na administração dos negócios da Copel GeT, bem como assegurar a cooperação e o apoio aos demais diretores no âmbito de suas respectivas competências, visando à consecução dos objetivos e interesses da Copel GeT. § 3º Os diretores exercerão seus cargos na Copel GeT, sendo permitido o exercício concomitante e não remunerado em cargos de administração das subsidiárias integrais e controladas. § 4º Compete ao Diretor de Finanças e de Relações com Investidores, dirigir as atividades e coordenar os assuntos relativos a gestão e planejamento econômico, financeiro, tributário, contábil e orçamentário, de seguros patrimoniais e de aplicações e investimentos no mercado financeiro, bem como representar a Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, acionistas, investidores, bolsas de valores, o Banco Central do Brasil e demais órgãos ou entidades atuantes nos mercados de capitais nacional. § 5º Compete ao Diretor Jurídico e de Relações Institucionais dirigir, liderar e coordenar as relações político-institucionais da Copel GeT com organismos governamentais e privados, bem como dirigir e coordenar todas as atividades de natureza jurídica, inclusive as contratações de profissionais de serviços jurídicos externos. § 6º Em função das atribuições privativas da advocacia, o Diretor Jurídico e de Relações Institucionais deverá ser advogado, devidamente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, conforme estatuto da Advocacia e da OAB. Representação da Copel GeT Art. 36 Os diretores poderão celebrar quaisquer negócios jurídicos quando o valor da operação não ultrapassar 0,5% (meio por cento) do patrimônio líquido da Copel GeT ou outro valor definido pela Companhia Paranaense de Energia – Copel, sem prejuízo da competência atribuída pelo Estatuto ao Conselho de Administração e a Diretoria Reunida, observado o disposto no Art. 37 deste Estatuto. Art. 37 A Copel GeT obriga-se perante terceiros: I pela assinatura conjunta de 02 (dois) Diretores, sendo um deles o Diretor Geral; II pela assinatura de 01 (um) diretor e 01 (um) procurador, conforme os poderes constantes do respectivo instrumento de mandato; III pela assinatura de 02 (dois) procuradores, conforme os poderes constantes do respectivo instrumento de mandato; IV

COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.
CNPJ Nº 04.370.282/0001-70
NIRE 41300019240
REGISTRO CVM Nº 2474-0
SUBSIDIÁRIA INTEGRAL DA
COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL

pela assinatura de 01 (um) procurador, conforme os poderes constantes do respectivo instrumento de mandato, nesse caso exclusivamente para a prática de atos específicos; V poderá qualquer dos Diretores representar individualmente a Copel GeT, na celebração de convênios e em operações de comodato, locação e aquisição de bens e serviços, observadas normas internas aprovadas pela Diretoria, facultando-se lhes, para tanto, constituir mandatários dentre empregados da Copel GeT; VI sem prejuízo do disposto no Art. 31, inciso IV, deste Estatuto, a representação da Copel GeT em juízo, em depoimento pessoal, poderá também ser exercida por advogado ou por outro empregado designado pelo Diretor Geral; Art. 38 Os diretores poderão constituir mandatários da Copel GeT, devendo ser especificados no instrumento os atos ou operações que poderão praticar e a duração do mandato, sendo que, apenas as procurações para o foro em geral terão prazo indeterminado. § 1º As procurações outorgadas pela Copel GeT devem ser assinadas por 02 (dois) diretores conjuntamente, especificando os poderes outorgados e com prazo de vigência de, no máximo, 01 (um) ano. Tal limitação temporal não é aplicável à outorga de procurações pela Copel GeT no âmbito dos instrumentos de financiamento de longo prazo firmados pela Companhia. § 2º Os instrumentos de mandato especificarão expressamente os poderes especiais, os atos ou as operações outorgadas, dentro dos limites dos poderes dos diretores que os outorgam, bem como a duração do mandato por prazo determinado de validade, vedado o substabelecimento, salvo na hipótese de procuração para fins de representação judicial da Copel GeT, que poderá ser por prazo indeterminado e com possibilidade de substabelecimento nas condições delimitadas no referido instrumento. Art. 39 Poderá qualquer dos diretores representar individualmente a Copel GeT, quando o ato a ser praticado impuser representação singular e nos casos em que o uso da assinatura eletrônica impossibilite que (02) duas ou mais pessoas assinem o mesmo documento, mediante autorização da Diretoria Reunida. Vacância e substituições Art. 40 Nas vacâncias, ausências ou impedimentos temporários de qualquer diretor, o Diretor Geral designará outro membro da Diretoria para acumular as funções. § 1º Nas suas ausências e impedimentos temporários, o Diretor Geral será substituído pelo diretor por ele indicado e, se não houver indicação, os demais diretores elegerão, no ato, seu substituto. § 2º Os diretores não poderão se afastar do cargo por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, salvo em caso de licença médica ou nas hipóteses autorizadas pelo Conselho de Administração. § 3º Os diretores poderão solicitar ao Conselho de Administração afastamento por licença não remunerada, desde que por prazo não superior a 03 (três) meses, a qual deverá ser registrada em ata. Art. 41 Em caso de falecimento, renúncia ou impedimento definitivo de qualquer membro da Diretoria, caberá ao Conselho de Administração, eleger o substituto, que completará o mandato do substituído. Até que se realize a eleição, poderá o Diretor Geral, designar um substituto provisório. A eleição, contudo, poderá ser dispensada, se a vaga ocorrer no ano em que deva terminar o mandato da Diretoria então em exercício. SEÇÃO III - DIRETORIA REUNIDA (REGeT) Funcionamento Art. 42 A Diretoria se reunirá mensalmente de forma ordinária e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação do Diretor Geral ou de outros 02 (dois) diretores quaisquer. § 1º As reuniões da Diretoria serão instaladas pela presença da maioria dos diretores em exercício,

COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.
CNPJ Nº 04.370.282/0001-70
NIRE 41300019240
REGISTRO CVM Nº 2474-0
SUBSIDIÁRIA INTEGRAL DA
COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL

considerando-se aprovada a matéria que obtiver a concordância da maioria simples dos presentes; no caso de empate, prevalecerá a proposta que contar com o voto do Diretor Geral. § 2º A cada diretor presente conferir-se-á o direito a 01 (um) único voto, mesmo na hipótese de eventual acumulação de funções de diretores. Não será admitido o voto por representação. § 3º As deliberações da Diretoria constarão de ata lavrada em livro próprio e assinada por todos os presentes. § 4º As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria de votos. Art. 43 Fica facultada, se necessária, a participação não presencial dos diretores, nas reuniões ordinárias e extraordinárias, por audioconferência ou videoconferência, que possa assegurar a participação efetiva e a autenticidade do seu voto. Nesta hipótese, o diretor que participar remotamente será considerado presente à reunião, e seu voto válido para todos os efeitos legais e incorporado à ata da referida reunião. Art. 44 As reuniões da Diretoria serão secretariadas por quem o seu Diretor Geral indicar e todas as deliberações constarão de ata lavrada e registrada em livro próprio. Atribuições Art. 45 Além das atribuições definidas em lei e no Regimento Interno da Diretoria, compete à Diretoria Reunida: I deliberar sobre os negócios da Copel GeT de forma sustentável, considerando o seu objeto social, os fatores econômicos, sociais, ambientais, de mudança do clima e de governança corporativa, bem como os riscos e oportunidades; II observar as políticas e diretrizes traçadas pela Companhia Paranaense de Energia - Copel, submetendo-se, ainda, à coordenação daquela companhia em relação às matérias definidas em seu Estatuto Social; III cumprir o contrato de gestão firmado com a Companhia Paranaense de Energia - Copel; IV recomendar ao Conselho de Administração a aquisição de bens imóveis, assim como a alienação, cessão em comodato ou oneração de quaisquer bens pertencentes ao patrimônio da Copel GeT e a prestação de garantias, quando tais operações forem de valor superior a 2% (dois por cento) do patrimônio líquido da Copel GeT, e deliberar quando forem de valor inferior a esse limite; V fazer-se presente, através de seu Diretor Geral ou Diretor por ele designado, à Assembleia Geral Ordinária; VI cumprir e fazer cumprir a legislação aplicável, o Estatuto Social da Copel GeT, as políticas e normas internas da Companhia Paranaense de Energia - Copel e as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração; VII instruir e submeter à aprovação do Conselho de Administração: a) os planos e programas anuais e plurianuais, alinhando os dispêndios de investimentos, aos respectivos projetos, contemplando a análise de riscos e oportunidades para um horizonte mínimo de 05 (cinco) anos; b) a proposta do orçamento consolidado da Copel GeT que irá integrar o processo orçamentário da Companhia Paranaense de Energia – Copel, com a indicação das fontes e aplicações dos recursos bem como suas alterações; c) os projetos de investimento em novos negócios, participações em novos empreendimentos, bem como sobre a participação em outras sociedades, aprovação da constituição, encerramento ou alteração de quaisquer sociedades, empreendimentos ou consórcios; d) a avaliação do resultado de desempenho das atividades da Copel GeT; e) os relatórios trimestrais da Copel GeT acompanhados das demonstrações financeiras; f) o relatório da Administração acompanhado das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, com o parecer dos auditores independentes e a proposta de destinação do resultado do exercício; g) o Relatório Socioambiental e demais relatórios da Copel GeT a serem subscritos pelo Conselho de Administração; h) as diretrizes

COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.
CNPJ Nº 04.370.282/0001-70
NIRE 41300019240
REGISTRO CVM Nº 2474-0
SUBSIDIÁRIA INTEGRAL DA
COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL

gerais da Copel GeT; e i) as transações entre partes relacionadas, dentro dos critérios e limites definidos neste Estatuto Social e nas Normas Internas da Companhia. VIII aprovar: a) os critérios de avaliação técnico-econômica para os projetos de investimentos, com os respectivos planos de delegação de responsabilidade para sua implantação e execução; e b) residualmente, dentro dos limites estatutários e regimentais, tudo o que se relacionar com atividades da Copel GeT e que não seja de competência privativa do Diretor Geral, do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral; e c) periodicamente, a estratégia de comercialização de energia para lastro disponível dos seus ativos, bem como, os limites de riscos associados para companhia. IX autorizar, observados os limites e as diretrizes fixadas pela lei e pelo Conselho de Administração e os limites de alçada estabelecidos neste Estatuto, em normativa interna e no Regimento Interno da Diretoria: a) atos de renúncia ou transação judicial ou extrajudicial, para pôr fim a litígios ou pendências, podendo fixar limites de valor para a delegação da prática desses atos pelo Diretor Geral ou qualquer outro diretor; e b) celebração de quaisquer negócios jurídicos quando o valor da operação for superior a 0,5% (meio por cento) e não ultrapassar 2% (dois por cento) do patrimônio líquido da Copel GeT ou outro valor definido pela Companhia Paranaense de Energia – Copel, sem prejuízo da competência atribuída pelo Estatuto ao Conselho de Administração, incluindo a aquisição, alienação ou oneração de ativos, a obtenção de empréstimos e financiamentos, a assunção de obrigações em geral e ainda a associação com outras pessoas jurídicas. X definir a estrutura organizacional e a distribuição interna das atividades administrativas da Copel GeT e de suas subsidiárias integrais; XI negociar e firmar instrumentos de gestão entre a Copel GeT e suas subsidiárias integrais, controladas e sociedades de propósito específico; XII recomendar a Diretoria Reunida da Companhia Paranaense de Energia – Copel a indicação dos representantes da Copel GeT nos órgãos estatutários das sociedades em que esta ou suas subsidiárias integrais tenham ou venham a ter participação direta ou indireta; XIII acompanhar o cumprimento de diretrizes e políticas corporativas e monitorar as práticas de governança e de controles internos, no âmbito da Copel GeT, nas suas subsidiárias integrais, podendo estendê-las à suas sociedades direta ou indiretamente controladas, respeitados os trâmites societários, e, no caso das participações minoritárias diretas ou indiretas, fiscalizar as práticas de governança e o controle proporcionais à relevância, à materialidade e aos riscos do negócio do qual são partícipes; XIV as atividades relativas à geração de produtos e serviços, inerentes ao objeto social da Copel GeT e de competência de Diretoria, serão executadas por sociedades nas quais a Copel GeT participe, que terão as seguintes atribuições: a) planejar, organizar, coordenar, comandar e controlar o negócio da Copel GeT sob sua responsabilidade; b) obter os resultados técnicos, mercadológicos e de rentabilidade acordados com a Diretoria por intermédio dos instrumentos de gestão; e c) atender às diretrizes da Copel GeT, especialmente as administrativas, técnicas, financeiras e contábeis, bem como às condições definidas nos respectivos instrumentos de gestão. XV autorizar a abertura, instalação, transferência e a extinção de filiais, dependências, escritórios, representações ou quaisquer outros estabelecimentos; e XVI orientar o voto a ser proferido pela Copel GeT nas Assembleias Gerais das Subsidiárias Integrais e demais sociedades e associações em que a Copel GeT possua participação direta. § 1º A Diretoria poderá

COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.
CNPJ Nº 04.370.282/0001-70
NIRE 41300019240
REGISTRO CVM Nº 2474-0
SUBSIDIÁRIA INTEGRAL DA
COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL

designar mandatários ou conferir poderes aos demais níveis gerenciais da Copel GeT e da estrutura compartilhada de que participa a Copel GeT, por meio de norma interna ou por instrumento hábil, inclusive em conjunto com as suas subsidiárias integrais e sua controladora, para que possam realizar determinadas atividades cotidianas, dentro dos limites de competência individuais atribuídos aos diretores, bem como a assinatura de contratos, convênios, termos de cooperação, além de outros instrumentos que gerem obrigação para a Copel GeT ou suas subsidiárias integrais, caso venham a existir, exceto os atos indelegáveis por lei desde que previamente aprovados dentro dos limites ora estabelecidos. § 2º Quando o valor acumulado da aquisição, alienação ou oneração de ativos, obtenção de empréstimos e financiamentos, assunção de obrigações em geral e, ainda, associação com outras pessoas jurídicas atingir 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido da Copel GeT, no decorrer do exercício fiscal, encaminhar relatório para o Conselho de Administração e para o Conselho Fiscal. § 3º Deverão ser submetidas para conhecimento da Diretoria Reunida da Companhia Paranaense de Energia – Copel, considerando o dever de diligência, conforme estabelecido no Art. 153 da Lei Federal 6.404/1976, respeitados seus trâmites societários: a) As hipóteses elencadas na alínea c) do inciso VII do Art. 45; e b) As hipóteses de aquisição ou alienação entre 0,5% (meio por cento) até 2% (dois por cento) do patrimônio líquido, previstas no Inciso IV e na alínea b) do inciso IX, ambos do Art. 45. Art. 46 O Regimento Interno da Diretoria detalhará as atribuições individuais de cada diretor, assim como poderá condicionar a prática de determinados atos compreendidos nas áreas de competência específica à prévia autorização da Diretoria Reunida. CAPÍTULO V - COMITÊS ESTATUTÁRIOS Art. 47 A Companhia contará com o Comitê de Auditoria Estatutário e o Comitê de Indicação e Avaliação. Parágrafo Único. O Comitê de Indicação e Avaliação (CIA) e o Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) da Companhia Paranaense de Energia – Copel exercerão suas atribuições e responsabilidades junto a Copel GeT. Art. 48 A Companhia contará, ainda, com um Comitê de Auditoria Estatutário para Controladas – CAEGeT Controladas, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Copel GeT, que exercerá suas atribuições e responsabilidades de assessoramento junto ao Conselho de Administração das sociedades controladas direta ou indiretamente pela Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração da Copel GeT. § 1º O CAEGeT Controladas será composto por 03 (três) membros externos, escolhidos pelo Conselho de Administração da Copel GeT, eleitos e destituíveis por tal órgão, todos com prazo de mandato unificado de 02 (dois) anos, permitidas, no máximo, 03 (três) reconduções consecutivas, observados os seguintes parâmetros: I ter a maioria de membros independentes nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016; e II no mínimo, 01 (um) membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária. § 2º O CAEGeT Controladas se reunirá ordinariamente a cada 02 (dois) meses ou quando necessário, de modo que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação, e decidirão por maioria de votos, com registro em ata a ser divulgada, no website da empresa controlada (se necessário) e em conformidade com a legislação aplicável, salvo quando o Conselho de Administração entender que sua publicação poderá colocar em risco interesse legítimo da Companhia, quando divulgará apenas seu extrato. § 3º Os membros do CAEGeT

COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.
CNPJ Nº 04.370.282/0001-70
NIRE 41300019240
REGISTRO CVM Nº 2474-0
SUBSIDIÁRIA INTEGRAL DA
COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL

Controladas, em sua primeira reunião, elegerão, dentre os membros independentes, o seu presidente, que será o mesmo para todas as empresas que utilizarem o CAEGeT Controladas, ao qual caberá dar cumprimento às deliberações do órgão, com registro no livro próprio de atas. § 4º As atribuições, o funcionamento, os procedimentos e a forma de composição deverão observar a legislação vigente e serão detalhados por Regimento Interno específico, aprovado pelo Conselho de Administração da Copel GeT. § 5º É conferido ao CAEGeT Controladas autonomia operacional e dotação orçamentária, anual ou por projeto, dentro de limites aprovados pelos Conselhos de Administração das empresas controladas, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes.

CAPÍTULO VI - CONSELHO FISCAL

Art. 49 O Conselho Fiscal é um órgão de funcionamento permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual, com as vedações, competências e atribuições previstas nas Leis Federais nº 6.404/1976 e 13.303/2016 e demais disposições legais aplicáveis. Art. 50 O Conselho Fiscal se reunirá a cada 03 (três) meses e, sempre que necessário, quando convocado por qualquer de seus membros ou pela Diretoria, lavrando-se ata em livro próprio. Art. 51 O Conselho Fiscal será composto por 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes, que serão os mesmos indicados pelo Governo do Estado do Paraná para o Conselho Fiscal da Companhia Paranaense de Energia - Copel, eleitos em Assembleia Geral Ordinária, com mandato unificado de 02 (dois) anos, permitidas, no máximo, 02 (duas) reconduções consecutivas. § 1º O Presidente do Conselho Fiscal será eleito por seus pares, na primeira reunião após a eleição de seus membros, cabendo ao presidente dar cumprimento às deliberações do órgão. § 2º As atribuições, o funcionamento e os procedimentos deverão observar a legislação vigente e serão detalhados por regimento interno específico o qual será aprovado pelo próprio órgão. Vacância e substituições Art. 52 Na hipótese de vacância, renúncia ou destituição do membro efetivo, este será substituído pelo seu respectivo suplente, até que haja eleição do novo conselheiro para complementação do mandato. Representação e pareceres Art. 53 O presidente do Conselho Fiscal, ou ao menos um dos membros deverá comparecer às reuniões da Assembleia Geral e responder aos pedidos de informações formulados pela acionista. Art. 54 Os pareceres e representações do Conselho Fiscal, ou de qualquer um de seus membros, poderão ser apresentados e lidos na Assembleia Geral, independentemente de publicação e ainda que a matéria não conste da ordem do dia.

CAPÍTULO VII - REGRAS COMUNS AOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

Posse, impedimentos e vedações Art. 55 Para investidura no cargo, os membros dos órgãos estatutários deverão observar as condições mínimas impostas pelas Leis Federais nº 6.404/1976 e nº 13.303/2016, bem como deverão cumprir os procedimentos estabelecidos na Política e Norma de Indicação. Art. 56 Os membros dos órgãos estatutários serão investidos em seus respectivos cargos mediante assinatura de "Termo de Posse", lavrado no respectivo livro de atas. § 1º O termo de posse deverá ser assinado nos 30 (trinta) dias seguintes à eleição ou nomeação, sob pena de sua ineficácia, salvo justificativa aceita pelo órgão para o qual o membro tiver sido eleito, e deverá conter a indicação de pelo menos 01 (um) domicílio para recebimento de citações e intimações de processos administrativos e judiciais, relativos a

COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.
CNPJ Nº 04.370.282/0001-70
NIRE 41300019240
REGISTRO CVM Nº 2474-0
SUBSIDIÁRIA INTEGRAL DA
COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL

atos de sua gestão, sendo permitida a alteração do domicílio indicado somente mediante comunicação escrita à Copel GeT. § 2º A investidura ficará condicionada à apresentação de declaração de bens e valores, na forma prevista na legislação vigente, que deverá ser atualizada anualmente e ao término do mandato. Art. 57 O prazo de mandato dos membros da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal será de 02 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo: I 02 (duas) reconduções consecutivas, para os membros do Conselho Fiscal; II 03 (três) reconduções consecutivas, para os membros da Diretoria e do Conselho de Administração; Parágrafo único. Atingido o limite de reconduções a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo, o retorno de membro ao órgão estatutário na mesma Companhia, só poderá ser efetuado após decorrido prazo equivalente a um mandato. Art. 58 Os administradores da Companhia, os membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário deverão aderir à política de negociações de ativos de emissão própria, e à política de divulgação de informações e fatos relevantes, mediante assinatura do termo respectivo. Art. 59 O acionista e os membros da Diretoria, dos Conselhos de Administração e Fiscal que, por qualquer motivo, tiverem interesse particular direto, indireto ou conflitante com o da Copel GeT em determinada deliberação, deverão se abster de participar da discussão e votação desse item, ainda que como representantes de terceiros, fazendo-se constar em ata a razão da abstenção, indicando a natureza e a extensão do seu interesse. Art. 60 Os membros dos órgãos estatutários serão desligados mediante renúncia voluntária ou destituição a qualquer tempo, nos termos da legislação aplicável e deste Estatuto. Art. 61 Salvo na hipótese de renúncia ou destituição, considera-se automaticamente prorrogado o mandato dos membros dos órgãos estatutários, até a investidura dos novos membros. Art. 62 Além dos casos previstos em lei dar-se-á vacância do cargo quando: I o membro do Conselho de Administração ou Fiscal que deixar de comparecer a 02 (duas) reuniões consecutivas ou 03 (três) intercaladas, nas últimas 12 (doze) reuniões, sem justificativa; II o membro da Diretoria se afastar do exercício do cargo por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, salvo em caso de licença ou nas hipóteses autorizados pelo Conselho de Administração. Art. 63 Anualmente será realizada avaliação de desempenho, individual e coletiva, dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal da Copel GeT, com o apoio do Comitê de Indicação e Avaliação, podendo contar com instituição independente, conforme procedimento previamente definido e em conformidade com a "Política de Avaliação", observado os quesitos mínimos previstos pela Lei Federal nº 13.303/2016. Art. 64 Os órgãos estatutários se reúnem validamente com a presença da maioria de seus membros e deliberam por voto da maioria dos presentes, com registro no livro de atas, podendo estas serem lavradas de forma sumária. § 1º Em caso de decisão que não seja unânime, a justificativa para o voto divergente poderá ser registrada, observando que se exime de responsabilidade o membro dissidente que faça consignar sua divergência em ata de reunião ou, não sendo possível, dê ciência imediata e por escrito de sua posição. § 2º Nas deliberações colegiadas do Conselho de Administração e da Diretoria, o membro que estiver presidindo a reunião terá o voto de desempate, além do voto pessoal. Art. 65 Os membros de um órgão estatutário, quando convidados, poderão comparecer às reuniões dos outros órgãos, sem direito a voto. Art. 66 As reuniões dos órgãos estatutários podem ser

COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.
CNPJ Nº 04.370.282/0001-70
NIRE 41300019240
REGISTRO CVM Nº 2474-0
SUBSIDIÁRIA INTEGRAL DA
COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL

presenciais, por audioconferência ou videoconferência, nos termos deste Estatuto e do respectivo Regimento Interno. Remuneração Art. 67 A remuneração dos membros dos órgãos estatutários será fixada anualmente pela Assembleia Geral e não haverá acumulação de proventos ou quaisquer vantagens em razão das substituições que ocorram em virtude de vacância, ausências ou impedimentos temporários, nos termos do presente Estatuto. Parágrafo único. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, fixada pela Assembleia Geral que os elegeu, observará o mínimo estabelecido legalmente, além do reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função. Art. 68 É vedada a participação remunerada de membros da administração pública, direta ou indireta, em mais de 02 (dois) conselhos, incluindo os Conselhos de Administração e Fiscal, da Companhia Paranaense de Energia - Copel ou de suas subsidiárias, nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016. § 1º O Diretor Geral, na condição de membro do Conselho de Administração, não será remunerado. § 2º Ao Diretor que tiver vínculo empregatício com a Copel GeT, é facultado receber a remuneração paga aos demais diretores, ou continuar recebendo o salário inerente à função que exercia. CAPÍTULO VIII - EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, LUCROS, RESERVAS E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS Art. 69 O exercício social coincide com o ano civil e ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras, observando as regras contidas na Lei Federal nº 6.404/1976, inclusive quanto à obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado nesse órgão. § 1º A Copel GeT deverá elaborar demonstrações financeiras trimestrais e divulgá-las em sítio eletrônico. § 2º Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras previstas em lei, observando-se, quanto aos resultados, as seguintes regras: I do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda; II do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social; e III reservas poderão ser constituídas pela Copel GeT, na forma e limites legais. Art. 70 Os acionistas terão direito, em cada exercício, a receber dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei Federal nº 6.404/1976. § 1º Com base nos lucros retidos, nas reservas de lucros e no lucro líquido do exercício em curso, registrados em demonstrações contábeis intermediárias semestrais ou trimestrais, o Conselho de Administração poderá deliberar a distribuição de dividendos intermediários, dividendos intercalares ou pagamento de juros sobre o capital próprio, desde que em conformidade com a política de dividendos e sem prejuízo da posterior ratificação da Assembleia Geral. § 2º Os dividendos intermediários, intercalares e os juros sobre capital próprio, distribuídos nos termos do §1º, serão imputados ao dividendo obrigatório referente ao exercício social em que forem declarados, observada a legislação aplicável. § 3º O dividendo não será obrigatório no exercício social em que a Administração informar à Assembleia Geral Ordinária, com parecer do Conselho Fiscal, ser ele incompatível com a situação financeira da Copel GeT. § 4º Os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do § 2º serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser distribuídos tão logo o permita a

COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.
CNPJ Nº 04.370.282/0001-70
NIRE 41300019240
REGISTRO CVM Nº 2474-0
SUBSIDIÁRIA INTEGRAL DA
COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL

situação financeira da Copel GeT. § 5º Na forma da lei, serão submetidos ao Tribunal de Contas do Estado, até o dia 30 de abril de cada ano, os documentos da administração relativos ao exercício social imediatamente anterior. § 6º Quando da distribuição de juros sobre capital próprio, o percentual previsto no caput será considerado atingido em relação ao montante distribuído líquido de tributos, nos termos da legislação aplicável. **CAPÍTULO IX - DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO** Art. 71 A Copel GeT dissolver-se-á e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante, ou liquidantes, e o Conselho Fiscal, caso seu funcionamento seja solicitado por acionistas que perfaçam o quórum estabelecido em lei ou na regulamentação aplicável, obedecidas as formalidades legais, fixando-lhes os poderes e a remuneração. **CAPÍTULO X - MECANISMOS DE DEFESA** Art. 72 Os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos comitês estatutários respondem pelos prejuízos ou danos causados no exercício de suas atribuições, nas hipóteses previstas em lei. Art. 73 A Copel GeT assegurará, nos casos em que não houver incompatibilidade com seus próprios interesses, a defesa jurídica em processos judiciais e administrativos propostos por terceiros contra integrantes e ex-integrantes de órgãos estatutários, durante ou após os respectivos mandatos, por atos praticados no exercício do cargo ou de suas funções. § 1º A mesma proteção definida no caput será estendida aos empregados prepostos e mandatários da Copel GeT que venham a figurar no polo passivo de processo judicial e administrativo, exclusivamente em decorrência de atos que tenham praticado em cumprimento de mandato outorgado pela Copel GeT ou no exercício de competência delegada pelos administradores. § 2º A defesa jurídica será assegurada por meio da área jurídica ou da contratação de seguro ou, na impossibilidade de fazê-lo, por escritório de advocacia contratado, a critério da Companhia Paranaense de Energia - Copel. § 3º Se após solicitação formal do interessado à Copel GeT, não for assegurada a defesa, nos termos do §2º, o agente poderá contratar, por sua conta, advogado de sua confiança, fazendo jus ao reembolso dos respectivos custos e honorários advocatícios fixados em montante razoável, proposto dentro dos parâmetros e condições atuais praticados pelo mercado para a defesa do caso específico, aprovados pelo Conselho de Administração, se for, ao final, absolvido ou exonerado de responsabilidade. § 4º O Conselho de Administração poderá deliberar pelo adiantamento dos honorários do advogado contratado na hipótese do § 3º. Art. 74 A Copel GeT assegurará o acesso em tempo hábil a toda a documentação necessária à defesa jurídica. Adicionalmente, arcará com os custos processuais, emolumentos de qualquer natureza, despesas administrativas e depósitos para garantia de instância quando a defesa for realizada pelo jurídico interno. Art. 75 Se a pessoa beneficiária da defesa jurídica, dentre as mencionadas no Art. 74 do presente Estatuto, for condenada ou responsabilizada, com sentença transitada em julgado, com fundamento em violação de lei ou do Estatuto, ou decorrente de ato culposo ou doloso, ficará obrigada a ressarcir a Copel GeT todo o valor efetivamente desembolsado com a defesa jurídica, além de eventuais prejuízos causados. Art. 76 A Copel GeT poderá manter contrato de seguro de responsabilidade civil permanente em favor das pessoas mencionadas no Art. 73 do presente Estatuto, na forma e extensão definidas pelo Conselho de Administração e na apólice contratada, para a cobertura das despesas processuais e

COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.
CNPJ Nº 04.370.282/0001-70
NIRE 41300019240
REGISTRO CVM Nº 2474-0
SUBSIDIÁRIA INTEGRAL DA
COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL

honorários advocatícios de processos judiciais e administrativos instaurados contra elas, a fim de resguardá-las das responsabilidades por atos decorrentes do exercício do cargo ou função, cobrindo todo o prazo de exercício dos respectivos mandatos. CAPÍTULO XI - DISPOSIÇÕES GERAIS Art. 77 Na hipótese de retirada da acionista ou de fechamento de capital, o montante a ser pago pela Copel GeT a título de reembolso pelas ações detidas pelos acionistas que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados por lei, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado de acordo com o procedimento de avaliação aceito pela Lei Federal nº 6.404/1976, sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial. Art. 78 A Copel GeT deverá observar as orientações e procedimentos previstos em legislação federal, estadual e municipal, bem como em normas regulatórias e normativas expedidas por órgãos estaduais e federais. Art. 79 As regras referentes aos prazos de mandato dos membros dos Órgãos Estatutários previstos neste Estatuto deverão ser aplicadas conforme previsto na Lei Federal nº 13.303/2016 e demais disposições legais aplicáveis. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos. A sessão foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura da ata, que, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e devidamente assinada, ficando desde logo autorizada pela acionista controladora sua publicação em forma de extrato. -----

(assinado eletronicamente)

DANIEL PIMENTEL SLAVIERO

Representante da Acionista Controladora,
Presidente da Assembleia e
Diretor Presidente da Copel

(assinado eletronicamente)

MOACIR CARLOS BERTOL

Diretor Geral da
Copel Geração e Transmissão S.A.

(assinado eletronicamente)

ADRIANO RUDEK DE MOURA

Representante da Acionista Controladora e
Diretor de Finanças e de Relações com
Investidores da Copel

(assinado eletronicamente)

AMILTON PAULO DE OLIVEIRA

Secretário